

FUNDAÇÃO  
MARIA ROSA

**FUNDAÇÃO MARIA ROSA MELO E FARO CARVALHO BORGES DA GAMA &  
FILHOS**

**RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES**

Exercício de 2017

Ao Conselho de Administração,

Dando satisfação às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório de contas e atividades do exercício, findo em 31 de Dezembro de 2017, e correspondente proposta de aplicação de resultados.

**1**

**ASPECTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE DO EXERCICIO**

Durante o ano de 2017, demos cumprimento do objecto social da Fundação, bem como continuidade à manutenção e recuperação dos prédios urbanos de Lisboa e à gestão corrente das propriedades agrícolas. Foram ainda concluídos os 2 projetos de reestruturação de vinha em Penafiel e ao arranque do primeiro projecto de reestruturação de vinhas da Régua.

Os prédios urbanos de Lisboa continuam com obras de recuperação, no sentido de colmatar as muitas deficiências que advêm da ausência de intervenção há mais de quarenta anos, nos quatro prédios que possuem vinte e nove frações. Está em fase de conclusão o projecto de recuperação das fachadas dos três prédios situados na Rua de Santa Marta e Largo do Andaluz, em Lisboa. Na Rua de Santa Marta e Largo do Andaluz, foram feitas obras de impermeabilização dos pátios traseiros e obras de recuperação em dois apartamentos, 1 com remodelação total e outro parcial. Substituiu-se toda a canalização de esgoto que atravessa os 3 edifícios - Santa Marta 88,

*Realizado*

*at y.*  
*Map*

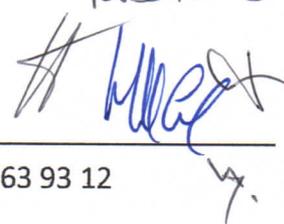
Andaluz 25 e 28, de ligação ao ramal público, pois eram originais dos edifícios – com mais de 80 anos de existência, e o estado de degradação estava a provocar infiltrações em todos os halls dos edifícios e em 4 frações. Concluiu-se a obra de recuperação integral do interior dos 3 edifícios – Santa Marta 88, Andaluz 25 e 28. Substituiu-se a coluna de Gás e instalações nas 12 frações do Edifício da Rua D. Estefânia.

Para 2018 está em curso a recuperação de uma fração comercial e está previsto a recuperação integral de 1 fração habitacional, ambas com o intuito de elaborar novos contratos de arrendamento. Pretende-se obter financiamento com condições muito favoráveis, através do Programa IFRRU2020, que permita a recuperação do interior e fachada do Prédio da Estefânia que se encontra muito degradado.

Relativamente à legalização das contas bancárias em Portugal encontra-se ainda cativa no Millennium BCP a conta cujos titulares eram o Dr. Fernando Maria Carvalho Borges de Frias e sua mulher D. Elvira Maria Vieira Tinôco de Frias. Aguardamos a comunicação do Banco para podermos libertar a conta.

Relativamente ao cumprimento do objecto da Fundação, na área cultural, científica e educativa, dando execução à parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 2017 foi lançada a 2ª edição do "Prémio de investigação Fundação Maria Rosa", promovido conjuntamente pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e pela Fundação, tendo o mesmo sido atribuído à Doutora Lia Tânia Rosa Dinis, e ao trabalho por si elaborado e intitulado "Abordagem ecofisiológica e molecular para mapeamento vitivinícola na Região do Douro, com o acrónimo EcoVitiDouro".

Em 19 de Maio de 2017, a Fundação passou a fazer parte da PORVID, uma Associação fundada em 2009 por empresas, associações técnicas, universidades, municípios e estruturas do Ministério da Agricultura, com o objectivo de salvaguardar a variabilidade natural das videiras nativas portuguesas, cultivadas e silvestres, gerindo a sua conservação num pólo experimental dedicado e disseminando as suas características a todos os actores da fileira. É uma associação única e inédita no panorama vitivinícola português, pela combinação da multidisciplinaridade da sua composição e abrangência geográfica.

Rosa Frias  


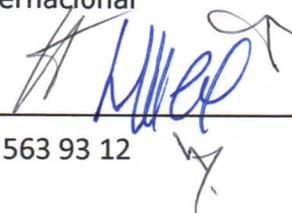
A Fundação tem já conversações em curso com a PORVID e ADVID, com vista a estabelecer protocolos para a implementação de ensaios de investigação em vinhas na Quinta do Carvalho, partir de 2018.

No **ComParte & Educação** o ano de 2017 revestiu-se de enorme importância pois foi o ano em que à escala nacional, tanto no que diz respeito ao mapeamento de experiências como ao contacto com decisores, foi consolidado. Inseridos na iniciativa Roteiro Cidadania em Portugal, e em parceria estreita com o Governo de Portugal através das Secretarias de Estado para a Cidadania e Igualdade e da Secretaria de Estado para a Educação, ouvimos 2643 alunos do terceiro ciclo e secundário de 50 escolas do país, produzimos um caderno que consubstancia toda a informação recolhida a nível nacional e dinamizamos uma reunião entre um grupo de 10 "prós" e as referidas secretarias de estado na qual foram discutidas as recomendações dos prós para o sistema de educação português. (Nota: Um "pró" é um aluno activamente envolvido no projecto Comparte).

Embora já fora do contexto do relatório 2017, achamos importante referir que a 16 de Abril de 2018 realizou-se a Conferência Nacional denominada "Quero ouvir os Prós da Educação", em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, tendo estado presente o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, João Costa, que salientou, entre outras coisas, a importância de se dar continuidade ao projecto de modo a que as escolas percebam a necessidade de dar voz aos alunos, bem como a presença de representantes da ANIMAR - "Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local" e professores e alunos de várias escolas do país.

A estratégia de 2018 foi pensada ainda na continuidade dos trabalhos de 2017 estando uma primeira fase relacionada com a divulgação dos materiais produzidos a nível nacional, a produção de materiais de âmbito local (relativos a cada escola ouvida) e com o estudo e estabelecimento das parcerias que permitam que o projeto seja um motor da implementação das principais recomendações deixadas pelos prós. Prevê-se assim dar continuidade às parcerias estabelecidas ao longo de 2017 e está também em estudo o estabelecimento de parcerias adicionais com outros organismos públicos ligados à educação com competências nacionais e internacionais com influência no território nacional. O ComParte, a convite da Secretaria de Estado da Educação, participou na Conferência Internacional

Rosa Maria



"Education 2030", promovida pela OCDE, em Paris e, voltará a participar em Abri de 2018 numa outra Conferência Internacional.

Em relação ao **ComParte & Integração** em 2017, à semelhança da área de educação, mas a uma escala local - Lisboa, foi um ano muito dedicado ao mapeamento das experiências de quem usufrui do sistema e da devolução dessa informação aos organismos competentes. Assim, ao longo do ano foi aprofundada a informação recolhida ao longo dos últimos dois anos junto de cerca de 120 prós e estabelecidas parcerias com a Camara Municipal de Lisboa, a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, o Alto Comissariado para as Migrações e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Com vista a manutenção de relações de qualidade com os beneficiários, e também à identificação de novos prós, foram ainda dinamizados vários jantares multiculturais na casa ComParte e realizado um convívio e um retiro.

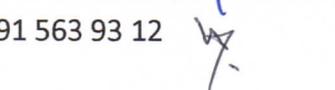
Em 2018 prevê-se o estabelecimento de diferentes parcerias com os organismos citados de modo a facilitar o trabalho conjunto entre prós e decisores para a finalização das devoluções aos decisores e dinamização de iniciativas focadas na implementação de melhorias no sistema de integração.

Além disso, não deixando de ter em conta que a maioria da população que usufrui deste sistema está na zona da grande Lisboa, consideramos que o projeto ganharia robustez se incluísse o mapeamento de experiências de prós

fora de Lisboa, nomeadamente na região do Douro. Assim, serão ainda alocados esforços no sentido de estabelecer uma parceria que nos permita auscultar essas experiências até ao final do ano.

De forma sintética poderemos dizer que os **objectivos para o ano de 2018** são: continuar o caminho de divulgação e reconhecimento nacional do ComParte e procurar diversificar fontes de financiamento.

Para o efeito a equipa contará com várias pessoas contratadas, com o apoio de dois estágios profissionais cofinanciados pelo IEFP e ainda com o contributo de estágios curriculares dinamizados em parcerias com a Faculdade de Psicologia de Universidade de Lisboa.

*Rosa Rosa*  
  


2.1 A Fundação Maria Rosa atingiu um **EBITDA** de **331.783,14€**, o que representa uma significativa melhoria de 493,11%% face a 2016.

O **Resultado Líquido do Exercício** apresenta uma redução do prejuízo, face a 2016, para os - **121.462,52€**.

2.2 O total dos proveitos atingiu uma variação positiva de **198%**, de 452.232,03€ para **895.468,23€** dos quais 52.684,83€ referem-se à classe de vendas.

2.3 Em cumprimento com a norma 26 do SNC, foi considerado como proveito do exercício o valor subsídio do projecto vitis 29.718.

2.4 O total dos custos subiu **12%** para os **635.376,39€**, havendo a destacar:

	2014	2015	2016	2017	Var. (%)
CMV	- €	- €	9.162 €	25.189€	<b>274,9 %</b>
FSE	173.152€	224.357€	184.833€	187.106€	<b>1,2%</b>
C. Pessoal	150.271€	186.345€	220.532€	278.965€	<b>26,5%</b>
C. Financeiros	1.971€	491€	65.880€	97.611€	<b>48,2%</b>
Out. Gastos	21.459€	167.396€	77.031€	46.504€	<b>-39,6%</b>

2.5 Registaram-se Amortizações sobre o imobilizado no valor de 365.261€;

2.6 O total do Ativo em 2017 é de 12.166.168€

2.7 As dívidas de clientes apresentam um valor de 100.896€.

2.8 O total do Passivo em 2016 é de 487.339€;

2.9 Existem financiamentos obtidos junto da Banca de 209.840€;

2.10 As dívidas a Fornecedores apresentam um valor de 102.306€.

2.11 Há IVA a reembolsar no valor de 14.032€

A Fundação registou em 2017 um saldo em diferenças de câmbio desfavoráveis de 55.068€, com as suas aplicações financeiras em Dólares Americanos (USD).

Nos exercícios de 2018 e seguintes, a Fundação deverá tanto quanto possível prosseguir os investimentos nos imóveis urbanos de Lisboa, e também nas Quintas de Penafiel e Régua, com vista a manter o desempenho e evolução positiva do

indicador de EBITDA, via aumento da receita com Rendas de imóveis e venda de Uva, e assim atingir o mais rapidamente possível o equilíbrio dos resultados líquidos.

3

### PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O ano vitícola 2017 ficou marcado por uma primavera com muito pouca chuva e uma temperatura média muito acima do habitual. Por este motivo, todo o ciclo vegetativo da videira decorreu de forma muito favorável, em termos fitossanitários, culminando numa antecipação das vindimas em cerca de 2 semanas, face ao habitual em anos anteriores.

Na Quinta do Carvalho, o ano fica marcado por ter sido o último antes do início da primeira fase de reestruturação das vinhas, trabalhos que se iniciaram em Outubro, o que constitui para esta Administração um motivo de grande regozijo no seu persistente intuito de modernizar e revitalizar o património herdado pela Fundação.

Na Quinta da Naia, 2017 ficará para a história da Fundação como o primeiro ano do resto da vida deste importante núcleo agrícola, já que toda a produção obtida na vindima diz já integralmente respeito à plantação de 2016, ou seja, à primeira fase do investimento de reestruturação das vinhas. Nesta propriedade é hoje claramente visível a profunda alteração verificada na sua capacidade produtiva, bastante diferente para melhor comparativamente ao que foi por esta Administração encontrado. Verificando-se atualmente na região uma grande procura de uva de boa qualidade, a Quinta da Naia é hoje um núcleo produtivo com grande potencial de crescimento de receita, sendo de continuar o esforço de reestruturação fundiária, ou emparcelamento, de algumas parcelas dispersas não produtivas.

A produção total nas quintas atingiu os **115.340 Kg**, o que representa um aumento de 23,7% face a 2016, estando distribuída pelas 2 Quintas da Fundação da seguinte forma:

Propriedade	Localidade	Kg	Varição (2017/16)
Quinta do Carvalho	Douro	96.820	+ 53,1 %
Quinta da Naia	Vinhos Verdes	18.520	- 38,2 %

Rozas

Relembramos que na Quinta da Naia não podemos fazer uma análise linear entre 2016 e 2017, já que não estamos a falar da mesma capacidade produtiva instalada.

#### 4 ARRENDAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os arrendamentos realizados das frações dos prédios urbanos pertença da Herança, sítos na cidade de Lisboa e Régua, totalizaram **269.671€**. Numa análise comparativa dos últimos 6 anos, registamos um crescimento no período de **204%** e a seguinte evolução nos valores totais de rendas recebidas:

2012	88.738€	Variação 2017/2016  <b>17,1%</b>
2013	124.495€	
2014	132.185€	
2015	144.155€	
2016	230.282€	
2017	269.671€	

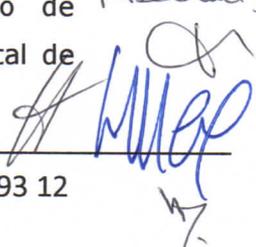
#### 5 INVESTIMENTOS EM CURSO

Em final de 2017, a Fundação tem concluídas 2 das 3 candidaturas Vitis (23.334 e 32.083), ambas já alvo de controlo pelo IFAP. Todavia, e apesar dos insistentes esforços envidados pela Administração junto da tutela, não foi ainda possível neste exercício cancelar a Garantia Bancária, prestada para o primeiro, nem o valor do subsídio não reembolsável de 102.707€, garantido para o segundo. Além destes 2 projecto, e conforme já referido, a Fundação deu início em 2017 à execução do Vitis 29.718 na Quinta do Carvalho (Régua) previsto para concluir em 2020.

O valor dos investimentos, em ativos fixos tangíveis e ativos biológicos, realizados em 2017 totalizava 529.043€, repartido da seguinte forma:

- Vitis Penafiel I – 23.334: 26.070€
- Vitis Penafiel II – 32.083: 247.701€
- Vitis Régua I – 29.718: 5.355€
- Recuperação Edifícios Lisboa: 249.917€

No relativo ao projecto PDR2020 submetido em 2015, para aquisição de equipamentos agrícolas para as Quintas da Fundação, num investimento total de

*Projeções*  


197.264€, e uma comparticipação a fundo perdido de 69.042€, apesar da emissão de parecer favorável emitido pelo organismo gestor do PDR2020, a candidatura foi reprovada por falta de dotação orçamental do programa. A Fundação aguarda a abertura de novas candidaturas em 2018 para tentar aprovar alguns dos equipamentos que não foram ainda adquiridos.

A Fundação tem ainda outra candidatura PDR2020, medida 622 (Restabelecimento do potencial produtivo), aprovada para reconstrução de muros em xisto na Quinta do Carvalho, a executar até Setembro 2018, no valor de 10.000€, com uma comparticipação de 85% de subsídio não reembolsável.

## 6 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

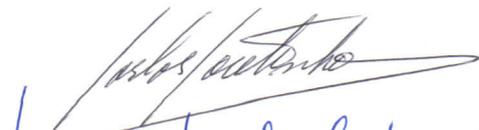
A situação perante a segurança social e o fisco encontra-se regularizada, não se encontrando em dívida qualquer contribuição.

## 7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido positivo do exercício cifrou-se num prejuízo de **121.462,52€** **que propomos** seja levado a Resultados Transitados.

Terminamos expressando os nossos agradecimentos a todos os que conosco colaboraram dedicadamente ao longo deste ano.

Lisboa, 20 de Abril de 2018

  
Rui Pi de Lencastre (Lencastre)  
Vice-Presidente  
Rosa Maria da Gama Imaginário